



ENFRENTANDO OS ODMs

Se África quer testemunhar o renascimento, o maior desafio para os estados será a erradicação da pobreza. Como Robert Gilpin afirma, 'O desejo intenso da maioria da raça humana de escapar à sua pobreza debilitante e de passar a fazer parte do mundo desenvolvido é uma característica dominante da política internacional.' A chave da prisão da pobreza podem vir a ser os Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio (ODMs), as suas realizações através do desenvolvimento económico regional e da colaboração entre os estados e as sociedades civis. Esta edição lança um olhar sobre as ODMs no contexto da sua relação com a SADC..

A SADC dá muita importância aos ODMs, o que é reflectido no Plano Indicativo do Desenvolvimento Estratégico Regional (RISDP), o qual considera imperativo o alinhamento da agenda da SADC com os ODMs.

O objectivo do RISDP, aprovado pelos Chefes de Estado em 2003, iniciado em Março de 2004 e fortemente interligado com o Nepad, é de aprofundar a integração regional através de um programa polivalente de políticas económicas e sociais a longo prazo e da provisão de uma direcção estratégica à SADC e aos seus membros. O RISDP dá a maior prioridade à erradicação da pobreza (o objectivo principal da agenda de integração da SADC) e é o veículo através do qual a SADC pode atingir os ODMs. O RISDP irá ser implementado durante um período de 15 anos. O Plano por natureza indicativo, delinea as condições necessárias para a SADC concretizar os seus objectivos de integração e desenvolvimento. Não é prescritivo nem tão pouco uma ordem de comando, mas estipula objectivos indicativos de metas importantes na direcção do alcance dos objectivos acordados. O RISDP será implementado a nível nacional e terá o Secretariado da SADC desempenhando um papel de coordenador. Isto será uma tarefa enorme se considerarmos as limitações de recursos humanos e financeiros do Secretariado da SADC.

O progresso Socio-económico na SADC tem sido cheio de vicissitudes. Prega

Ramsamy, secretário executivo da SADC, afirmou no seu relatório anual de 2004 que o crescimento económico médio para a região tinha estagnado nos 3,2% durante os últimos dois anos. Ramsamy afirmou ainda que, 'Se esta situação não for invertida rapidamente é difícil ver como a SADC vai conseguir atingir os ODMs. Ao mesmo tempo, a Organização para a Alimentação e Agricultura (OAA) relatou um aumento do número de pessoas subalimentadas nos países em desenvolvimento, pondo assim em perigo os ODMs. Se a região quiser alcançar os ODMs, o RBN per capita terá que crescer à média de 10% durante os próximos anos - ao contrário dos 6-7% previstos pelo secretariado.

Tendo com pano de fundo um crescimento económico estagnado (apesar do crescimento verificado em Moçambique e na África do Sul de 7% e 5,3% respectivamente), o que têm os estados membros da SADC que fazer para darem origem ao crescimento que melhore as condições de vida das populações e crie postos de trabalho? Será necessário que os países identifiquem os sectores em que podem ter uma vantagem competitiva, onde intervenções políticas bem pensadas e executadas possam ter o maior impacto. Nada é melhor para ajudar a galvanizar um país do que o alcance dos seus objectivos fundamentais. A lista de aspirações não tem que ser expansiva, nem devia ser a mesma em todos os países. O acesso a recursos limitados carece de uma distribuição cuidadosa e de resultados quantificáveis.

Mais ainda, deve haver consultas regulares entre os estados membros da SADC, o secretariado, sociedade civil e agências de doadores, de forma a não deixar a implementação perder o seu ímpeto. Tais consultas deviam ser feitas ao mesmo tempo que a avaliação regular dos progressos feitos para atingir os objectivos estipulados. Isto pode ser feito em conferências regionais e 'workshops'. O envolvimento permanente das NU, como vigilante dos ODMs, será também de importância vital.

A responsabilidade de adoptar o RISDP, enquadrá-lo nos seus planos de desen-

NESTA EDIÇÃO

Dando Atenção à Pobreza à

Escala Mundial 2

Atingindo os Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio na SADC 5

A SADC e os ODMs: A Dimensão do Comércio..... 10

Número do ISSN: 1728-063X

Editor: Richard Meissner

PO Box 31596, Braamfontein, 2017
South Africa

Tel: +27 (0)11 339 2021

Fax: +27 (0)11 339 2154

sadcbarometer@saiia.wits.ac.za

Quaisquer opiniões expressas são da responsabilidade dos respectivos autores e não de NORAD ou SAIIA. Os direitos de autor dos artigos mantêm-se como propriedade dos seus autores.

© South African Institute of International Affairs. Todos os direitos reservados.



volvimento nacionais e colaborar com os participantes da sociedade civil para o desenvolvimento de ideias a fim de alcançar os objectivos estipulados nos ODMs, cai largamente sobre os estados membros da SADC.

A implementação de muitas das estratégias para alcançar os objectivos do RISDP começou em 2004. É portanto, ainda muito cedo para avaliar o seu progresso. No entanto, talvez não seja possível reduzir a pobreza a metade, no ano de 2015. Contudo, isto não significa que o exercício tenha sido fútil, ou que os estados não devam acelerar a implementação das prioridades mais importantes de forma a abrirem caminho para a redução da pobreza e o crescimento das suas economias. (🌐)

Richard Meissner



Dando Atenção à Pobreza à Escala Mundial

Em Setembro de 2000, 191 países adoptaram os Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio (ODMs) – objectivos para a erradicação da pobreza e outras causas de destituição humana, assim como para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Dois anos mais tarde, na Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento que teve lugar em Monterrey, no México, os chefes dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, con-

cluíram que os MDGs/ODMs deviam ser elevados, da situação de compromissos (promessas), a um acordo formal. Segundo o convénio, os países em desenvolvimento devem melhorar as suas políticas internas e estruturas de governação e, os países desenvolvidos devem aumentar o seu apoio, especialmente através da abertura do acesso aos seus mercados e da provisão de mais e melhor ajuda. A data estabelecida para o alcance dos ODMs é 2015 – apenas a pouco mais de uma década.

A elevação das promessas a um convénio é um passo em frente decisivo para o alcance dos ODMs, dado que é indicativo da gravidade do problema da pobreza global e da necessidade da sua erradicação. Em África, os ODMs encontram expressão no Plano Estratégico da Comissão da União Africana, publicado em Maio de 2004 e apresentado aos órgãos de política da União Africana (UA), em Julho de 2004. Este plano afirma que África necessita de se tornar mais competitiva na economia global para conseguir atingir os objectivos sociais e económicos definidos pelos ODMs. Os obstáculos são, entre outros, a instabilidade política, a corrupção e a dificuldade de consolidação da democracia – factores que contribuem para a cilada da pobreza de muitos dos países menos desenvolvidos (PMDs).

Em Monterrey, a UE comprometeu-se a aumentar, em 2006, a assistência oficial para o desenvolvimento (AOD) de

0,33% para 0,39% do rendimento bruto nacional (RBN). Se isto acontecer, o auxílio da UE subiria de \$29 biliões para \$39 biliões anuais. No entanto, a aplicação na prática deste compromisso varia bastante entre os estados membros da

A data limite para os ODMs é 2015 — daqui a pouco mais de dez anos.

UE; apenas quatro países da UE (Dinamarca, Luxemburgo, Holanda e Suécia) atingiram até agora o valor mais elevado de AOD, 0,7% do RBN, objectivo definido pelas NU. Devia, portanto, haver um compromisso mais forte

do resto dos países da UE para aumentar o AOD à África, tanto em qualidade como em quantidade. Apesar de metade da população do continente africano viver em extrema pobreza, nenhum país sub-Saariano está entre os dez principais recipientes do auxílio da UE. A organização dá mais AOD aos chamados países “estrangeiros-vizinhos” tais como Marrocos, Egipto e os estados que faziam parte da antiga Jugoslávia.

Em Junho de 2004, a UE e o Programa para o Desenvolvimento das NU (PDNU) assinaram um acordo de parceria para fortalecer a capacidade de ambas as organizações de prestar auxílio eficaz e de alta qualidade, concentrando-se nas áreas da governação, prevenção de conflitos e reconstrução pós-conflito. Poul Nielson, Comissário para o Desenvolvimento e Auxílio Humanitário da UE, afirmou

nessa altura que ‘Se formos bem sucedidos em estabelecer laços mais fortes, a qualidade e eficácia da nossa ajuda irá melhorar, para benefício dos pobres.’ Mark Brown, Administrador do PDNU, concentrou-se especificamente nos

ODMs: ‘Assim como no caso do apoio da Comissão à continuação do nosso trabalho no campo da governação democrática, este [acordo] devia também ajudar a comunidade mundial a aproximar-se do alcance dos Objectivos de Desenvolvi-

mento para o Milénio.’ Na sequência deste acordo, a Comissão Europeia e a Organização para a Alimentação e Agricultura das NU (OAA) assinaram, em Setembro de 2004, um acordo de parceria estratégica concebido para reforçar os esforços conjuntos a fim de reduzir a pobreza, promover o desenvolvimento agrícola e combater a fome nos países em desenvolvimento.

Um dos mais importantes desafios no que respeita ao alcance dos ODMs, é que a cooperação entre os países ricos e pobres não se transforme num recital de promessas quebradas. Tanto uns como outros deviam ser obrigados a cumprir os seus compromissos em relação aos ODMs pois deles depende o alcance dos objectivos. Em 2004, Kofi Annan afirmou que: ‘O compromisso dos governos, individual e colectivamente, de cumprirem os Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio e a sua integração nas estratégias de desenvolvimento nacionais e internacionais, políticas e acções, deve produzir melhores resultados em termos de progresso no desenvolvimento.’

Mesmo assim, não são apenas os governos e as organizações internacionais que têm a responsabilidade de atingir os ODMs. As empresas e a sociedade civil têm também que dar a sua contribuição. Mohan Kaul, chefe do Conselho para os Negócios da Commonwealth, afirma que os países em desenvolvimento não devem conseguir atingir os ODMs, a não ser que

a actividade comercial passe a desempenhar um papel mais activo nas suas economias. O Conselho inclui um certo número de grandes empresas com investimentos na Commonwealth, tais como a Anglo-American, Unilever,

SABMiller e a Hewlett-Packard. Os principais objectivos do relacionamento entre a actividade comercial e o governo, deviam ser o apoio à Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (Nepad) e encantar novas ideias para o envolvimento

A visão de Paul Hewson (Bono) é fazer da pobreza em África história.



Os ODMs

Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome.

Meta 1: Reduzir a metade, entre 1990 e 2015, o número de pessoas cujo rendimento é inferior a \$1 por dia.

Meta 2: Reduzir a metade, entre 1990 e 2015, o número de pessoas que sofrem de fome.

Objectivo 2: Conseguir que a instrução primária seja universal.

Meta 3: Garantir que, até 2015, as crianças em toda a parte, rapazes e raparigas, possam completar o curso completo de instrução primária.

Objectivo 3: Promover a igualdade entre os géneros e capacitar as mulheres.

Meta 4: Eliminar a disparidade entre os géneros na instrução primária e secundária, de preferência, até 2005 e a todos os níveis de instrução, até 2015.

Objectivo 4: Reduzir a mortalidade infantil.

Meta 5: Reduzir em dois terços o índice de mortalidade em crianças com menos de cinco anos, entre 1990 e 2015.

Objectivo 5: Melhorar a saúde materna.

Meta 6: Reduzir em três quartos o índice de mortalidade materna, entre 1990 e 2015.

Objectivo 6: Combater o VIH/SIDA, paludismo e outras doenças.

Meta 7: Ter parado o alastramento do VIH/SIDA e iniciado o seu retrocesso até 2015.

Meta 8: Ter parado a incidência do paludismo e outras doenças importantes e iniciado o seu retrocesso até 2015.

Objectivo 7: Garantir a sustentabilidade do meio ambiente.

Meta 9: Integrar, nas políticas e programas dos países, os princípios do desenvolvimento sustentável e inverter a perda de recursos ambientais.

Meta 10: Reduzir a metade a proporção de pessoas sem acesso a água potável nem saneamento básico, até 2015.

Meta 11: Ter conseguido melhorar significativamente a qualidade de vida de, pelo menos, 100 milhões de habitantes de bairros miseráveis, até 2020.

Objectivo 8: Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Meta 12: Desenvolver, ainda mais, um sistema comercial e financeiro que seja regulado, aberto, previsível e não discriminatório (inclui o compromisso à boa governação, ao desenvolvimento e redução da pobreza --- tanto a nível nacional como internacional).

Meta 13: Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos (inclui o acesso a exportações livres de tarifas e quotas, um programa melhorado para o alívio de dívidas para os HIPC/PPAE e o cancelamento da dívida bilateral oficial e uma mais generosa ODA/AOD para os países envolvidos na redução da pobreza).

Meta 14: Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e pequenos países insulares em desenvolvimento (através do Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável de Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento e das provisões da Vigésima Segunda Assembleia Geral).

Meta 15: Tratar completamente dos problemas da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas nacionais e internacionais, a fim de tornar a dívida sustentável a longo prazo.

Meta 16: Desenvolver e implementar estratégias para o emprego da juventude em trabalho decente e produtivo, em cooperação com os países em desenvolvimento.

Meta 17: Dar acesso a medicamentos essenciais, a preços acessíveis, nos países em desenvolvimento, em cooperação com as companhias farmacêuticas.

Meta 18: Tornar disponíveis os benefícios de novas tecnologias, especialmente na informação e comunicações, em cooperação com o sector privado.

dador do grupo de interesse contra a pobreza, Data (Dívidas, Sida, Comércio, África), apelou recentemente a Tony Blair, Primeiro Ministro da Inglaterra, para 'duplicar o auxílio' a África a fim de 'fazer da pobreza história'. A pressão, qualquer que seja a sua origem, para que os ODMs sejam atingidos parece estar a dar resultados. Por exemplo, George W. Bush, Presidente dos EUA, anunciou na conferência de Monterrey, a criação da Conta Desafio do Milénio (CDM) para reforço dos recursos com vista ao alcance dos ODMs e à recompensa de decisões políticas inteligentes que apoiem o crescimento económico e reduzam a pobreza.

Entre 2004 e 2006, a CDM irá receber cerca de \$10 biliões de fundos AOD (\$1,7 biliões em 2004, \$3,3 biliões em 2005 e \$5 biliões em 2006). No entanto, no ano financeiro de 2004 o congresso autorizou fundos no valor de \$1 bilião para a CDM (menos \$700 milhões do que havia sido mencionado).

Todavia, um certo número de desafios e desenvolvimentos que ocorrem no palco internacional estão a ameaçar o cumprimento dos ODMs. Estes são a presente situação no Iraque; a 'guerra contra o terror' declarada pelos EUA depois dos ataques de 11 de Setembro de 2001; as violações dos direitos humanos na região de Darfur, no Sudão; e a pandemia VIH/SIDA. Com excepção do VIH/SIDA, os restantes acontecimentos podem não parecer estar directamente ligados com os ODMs. Contudo, eles afastam as atenções internacionais – e escassos recursos – dos problemas que os ODMs foram concebidos para resolver.

No que respeita ao VIH/SIDA, a pandemia ataca o ponto vital do factor de maior importância para o alcance dos ODMs – os recursos humanos. Fazer parar o alastramento desta epidemia tem que ser o centro das atenções dos países em desenvolvimento, de contrário irá enfraquecer progressivamente a sua capacidade de implementação de políticas de desenvolvimento e de efectuar a distribuição de benefícios socio-económicos.

Dado que não parece possível que os ODMs venham a ser atingidos até 2015,

Contactos para a SADC

Private Bag 0095

Gaborone, Botswana

Tel: +267 3951863

Fax: +267 3972848
/581070

Web site: www.sadc.int

E-mail: registry@sadc.int

de pequenas empresas em África.

Os ODMs são também uma oportunidade para os grupos de apoio e cidadãos, tanto nos países ricos como nos pobres, avaliarem os progressos feitos no que respeita a objectivos claros, prazos de cumprimento e níveis atingidos, contribuindo assim para o alcance dos ODMs. Por exemplo, Paul Hewson (Bono), homem da frente do U2 e fun-

OBJECTIVO 1: ERRADICAR A POBREZA EXTREMA E A FOME**Meta 1: Reduzir a metade, entre 1990 e 2015, o número de pessoas cujo rendimento é inferior a \$1 por dia****Meta 2: Reduzir a metade, entre 1990 e 2015, o número de pessoas que sofrem de fome**

País	População Total em milhões (2001)	População vivendo abaixo de US\$1 por dia (%) (1990-2001)	População Total vivendo abaixo US\$1 por dia em milhões (2001) ^a	Pessoas subalimentadas (como % da população) (1998-2000)	Número total de pessoas subalimentadas em milhões (2001) ^b
Angola	12.80	n/a	n/a	50.0	6.40
Botswana	1.70	23.5	0.39	25.0	0.42
RDC	49.80	n/a	n/a	73.0	36.35
Lesoto	1.80	43.1	0.78	26.0	0.47
Madagáscar*	16.40	49.1	8.05	40.0	6.56
Malawi	11.60	41.7	4.83	33.0	3.82
Maurícias	1.20	n/a	n/a	5.0	0.06
Moçambique	18.20	37.9	6.89	55.0	10.01
Namíbia	1.90	34.9	0.66	9.0	0.17
África do Sul	44.40	<2.0	<0.88	n/a	n/a
Suazilândia	1.10	n/a	n/a	12.0	0.13
Tanzânia	35.60	19.9	7.08	47.0	16.73
Zâmbia	10.60	63.7	6.75	50.0	5.30
Zimbabué	12.80	36.0	4.6	38.0	4.86
Média dos países em desenvolvimento	4,863.80	n/a	n/a	18.0	875.48
Média da África sub-Saariana	626.40	n/a	n/a	33.0	206.71

^a Calculado usando o total da população em milhões e a % da população vivendo abaixo de US\$1 por dia

^b Calculado usando o total da população em milhões e a percentagem da população subalimentada

n/a Não disponível

Fonte: Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, 2003

*Madagáscar ainda não é membro da SADC, mas pode vir a ser admitido em 2005.

qual é, no fim de contas, a sua utilidade? Por um lado, ajudam a concentrar as mentes do Norte e do Sul nas áreas mais importantes para a erradicação da pobreza. Por outro lado, tal como acontece com todos os objectivos que parecem impossíveis de atingir nos prazos estabelecidos, existe o perigo de se transformarem em meras ideias abstractas em vez de etapas concretas que sirvam para avaliar os progressos reais..

É claro que os objectivos têm que ser 'povoados' por um contexto que permita o seu alcance. Neste sentido, o Mecanismo Africano de Revisão dos Pares do Nepad (APRM) concentra-se em melhorar o contexto geral da governação institucional em África, a fim de auxiliar na provisão de serviços sociais e económicos mais eficazes por parte dos estados – os quais estão interligados com objectivos estabelecidos de auxílio ao desenvolvimento e redução de dívidas. Neste contexto, os políticos são, por vezes, os maiores inimi-

gos dos seus próprios países. Segundo Robert Guest, num artigo por ele escrito no *The New York Times*, a libertação das dívidas não irá auxiliar os países Africanos pior governados, como Angola e o Zimbabué, porque os seus líderes irão esbanjar, muito provavelmente, os dinheiros que desse modo forem libertados. Guest afirma ainda que esta é uma das razões por que os Africanos são pobres: 'os seus líderes mantêm-nos nesse estado.'

Em Setembro de 2004, os líderes mundiais encontraram-se em Nova Iorque para uma reunião sobre Fontes Inovativas de Financiamento para Aliviar a Fome e a Pobreza, em preparação da cimeira do próximo ano para avaliação dos progressos feitos em relação aos ODMs. O objectivo desta reunião foi de mobilizar a comunidade internacional, ao mais alto nível, na luta contra a pobreza.

Todavia, a pobreza não é discriminativa e ignora as fronteiras entre países. A contribuição e compromisso dos líderes

mundiais são de importância crucial, mas também o é a participação e o apoio da sociedade civil (por exemplo as ONGs, igrejas, empresas, etc.). A sociedade civil tem a capacidade de transcender as fronteiras entre estados e passar além das pressões a curto prazo da política.

Em relação aos ODMs, os actores estatais e não estatais de todo o mundo afirmaram o seu compromisso de erradicar a pobreza à escala mundial. As causas e desafios da pobreza são numerosos; por exemplo, desastres naturais ou causados pelos seres humanos.

Os planos para atingir os ODMs irão depender dos recursos humanos e financeiros dos países, assim como das realizações individuais e colectivas. O valor dos ODMs pode não estar no facto de eles serem ou não atingidos até 2015, mas antes quanto terão encorajado os países no sentido da realização do objectivo da redução da pobreza. 

Richard Meissner, SAIIA



Atingindo os Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio na SADC

Com pouco mais de dez anos que restam para o objectivo global de reduzir a pobreza a metade ser atingido, até 2015, não é para admirar que comece a haver uma ansiedade considerável sobre se os Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio (ODMs) possam ser atingidos. Enquanto a Cimeira de 2005 dos Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio irá avaliar os progressos alcançados e identificar as áreas prioritárias para a próxima década, a região da África Austral justifica o seu próprio exame dos sucessos alcançados a este respeito.

Depois de várias décadas de confrontação e agitação política e militar, acompanhada pelo declínio económico e instabilidade social, a região vive presentemente um certo nível de estabilidade política com melhores possibilidades de recuperação económica. O fim das hostilidades em An-

gola e as eleições pacíficas no Lesoto em 2002 apresentam boas possibilidades para maior integração e cooperação na região. Economicamente, apesar do desequilíbrio entre estados e do relativamente pequeno mercado, a região tem um produto interno bruto agregado (PIB) de \$226,1 biliões. Isto é mais do dobro do PIB da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (Ceeao) e, mais de metade do PIB da África sub-Saariana. Isto é um bom augúrio para os países da SADC atingirem os seus objectivos dos ODMs a mais longo prazo.

No entanto, os desafios são abundantes. Enquanto os países da SADC podem partilhar de uma visão comum de um rápido crescimento económico e progresso político e, ainda, do compromisso a um caminho para o desenvolvimento comum, a região está cheia de crises

que enfraquecem o desenvolvimento sustentável e, portanto, o alcance dos ODMs. Politicamente, as vantagens obtidas pela paz, especialmente em Angola, têm sido contrabalançadas pelas crises políticas e económicas que ocorrem presentemente no Zimbabué e, pela falta de liberdades democráticas básicas na Suazilândia. Para além disto, os progressos socio-económicos recentes podem vir a ser invertidos pelos efeitos cada vez mais profundos do VIH/SIDA. A pandemia, em conjunto com outras doenças como a tuberculose, paludismo e cólera, está a provocar o aumento dos índices de mortalidade, um perfil demográfico assimétrico e um número crescente de crianças órfãs e vulneráveis. A par destas preocupações, existe a questão da segurança humana e da criação do ambiente necessário para o progresso do desenvolvimento humano. A segurança alimentar, por exemplo, é fundamental para o desenvolvimento e manutenção da segurança humana. Crises graves de falta de alimentos em muitas partes da SADC, em conjunto com níveis relativamente elevados de migração interna, estão a prejudicar a base de recursos naturais da região. Isto é complicado ainda mais pela falta de meios de subsistência a longo prazo e secas e inundações periódicas. Em vários países da SADC a falta de alimentos provocou a fome e deu origem à proliferação de mercados informais. Estes problemas já representam uma parte muito importante nos relacionamentos regionais e serão ainda maiores devido ao agravamento da crise do VIH/SIDA. Em geral, a pobreza na região parece estar a agravar-se em resultado do aumento da desigualdade; estruturas fracas de governação política, social e económica; e da proliferação de crises de saúde.

Com base nestas considerações, este artigo:

- dá uma perspectiva da posição dos países na sub-região em relação aos MDGs/ODMs;

- faz uma breve reflexão sobre respos-
(Continua na página 6)

OBJECTIVO 2: CONSEGUIR QUE A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA SEJA UNIVERSAL

Meta 3: Garantir que, até 2015, as crianças em toda a parte, rapazes e raparigas, possam completar o curso completo de instrução primária

País	Proporção de matrículas na instrução primária entre rapazes e raparigas (%) (2000-2001)	Nível de alfabetização entre os 15 e os 24 anos (%) (2001)
Angola	37	n/a
Botswana	84	88.7
RDC	33	82.7
Lesoto	78	90.8
Madagáscar*	68	80.8
Malawi	101	71.8
Maurícias	95	94.0
Moçambique	54	61.7
Namíbia	82	91.9
África do Sul	89	91.5
Suazilândia	93	90.8
Tanzânia	47	91.1
Zâmbia	66	88.7
Zimbabué	80	97.4
Média dos países em desenvolvimento	82	84.8
Média da África sub-Saariana	59	77.9

n/a Não disponível Fonte: Relatório sobre o desenvolvimento Humano, 2003.

*Madagáscar ainda não é membro da SADC, mas pode vir a ser admitido em 2005.



OBJECTIVO 3: PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS GÉNEROS E CAPACITAR AS MULHERES

Meta 4: Eliminar a disparidade entre os géneros na instrução primária e secundária, de preferência, até 2005 e a todos os níveis de instrução, até 2015

País	Relação entre raparigas e rapazes na instrução primária, secundária e terciária (2000-2001)			Proporção de mulheres letradas em relação aos homens entre os 15 e os 24 anos de idade (2001)
	Instrução Primária	Instrução Secundária	Instrução Terciária	
Angola	0.88	0.83	0.64	n/a
Botswana	0.99	1.06	0.89	1.09
RDC	0.90	0.52	n/a	0.86
Lesoto	1.02	1.18	1.74	1.19
Madagáscar*	0.96	0.96	0.83	0.92
Malawi	0.96	0.75	0.38	0.76
Maurícias	0.97	0.92	1.32	1.01
Moçambique	0.77	0.65	0.79	0.63
Namíbia	1.00	1.12	1.23	1.04
África do Sul	0.94	1.10	1.24	1.00
Suazilândia	0.95	1.00	0.88	1.02
Tanzânia	1.00	0.81	0.31	0.95
Zâmbia	0.93	0.80	0.46	0.95
Zimbabué	0.97	0.88	0.60	0.97
Média dos países em desenvolvimento	n/a	n/a	n/a	0.91
Média da África sub-Saariana	n/a	n/a	n/a	0.89

n/a Não disponível
 Fonte: Relatório sobre o desenvolvimento Humano, 2003
 *Madagáscar ainda não é membro da SADC, mas pode vir a ser admitido em 2005.

tas de ordem política e programática; e

- identifica algumas das questões importantes para os que tomam decisões gradarem a reacção.

Os Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio

Os ODMs incorporam as aspirações de progresso humano que se tornaram o foco do debate internacional sobre o desenvolvimento económico depois da Guerra Fria. Com início em 1990, as etapas de ordem numérica e com prazo dos oito objectivos de desenvolvimento reflectem o facto de:

- evitar a pobreza requerer o investimento em capital humano e físico; e
- a pobreza ser multidimensional, envolvendo não apenas o rendimento, mas também a falta de segurança alimentar, saúde, educação, igualdade de géneros, gestão ambiental e acesso a comodidades básicas.

Progresso na região

De acordo com o Relatório África sobre os ODMs em 2002, elaborado pelo Programa

das NU para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Fundo das NU para Crianças (Unicef), alguns dos países da SADC, especialmente o Botswana, Maurícias, Moçambique e Tanzânia, alcançaram um PIB sustentável de 7-8%, o que é essencial para o alcance dos objectivos em relação à pobreza em 2015. Há igualmente sinais encorajadores noutras áreas: alguns estados membros registaram mudanças de ordem positiva no número de matrículas escolares e de adultos alfabetizados, apesar da expectativa de vida ter diminuído.

Pobreza e desigualdade

A pobreza e a desigualdade estão a ser consideradas, cada vez mais, como os desafios abrangentes que o desenvolvimento social na região enfrenta. A situação da pobreza é largamente reflectida pelos baixos níveis de rendimento e elevados níveis de destituição humana. O PIB médio per capita para a região foi de \$932 em 2000, com variações consideráveis entre países. O PIB do Botswana, o país com o valor mais elevado, foi 33 vezes maior do

que o da RDC, o país com o valor mais baixo.

Cerca de 40% da população da SADC vive abaixo do nível de pobreza de \$1 por dia e cerca de 70% abaixo dos \$2 por dia. A pobreza é particularmente aguda entre os grupos vulneráveis como os agregados familiares chefiados por idosos, mulheres ou crianças. Os níveis de pobreza humana (de acordo com o Índice de Pobreza Humana da UNDP) variam entre os estados membros e têm flutuado durante a última década, com valores que vão desde os 52% aos 11,3% da população. O Zimbabué, Zâmbia e Moçambique foram os países mais afectados em 2002 e um total de sete países teve um nível de pobreza humana acima da média regional de 40,9%. A pobreza humana na SADC aumentou desde os últimos anos da década de 90 em todos os países com excepção de Moçambique e Maurícias.

A pobreza existe combinada com altos níveis de desigualdade na maior parte dos países da SADC, com alguns deles apresentando coeficientes Gini que os colocam



entre as sociedades mais desiguais do mundo (ver Figura 1). Quanto mais elevado for o coeficiente Gini, mais desigual é a sociedade. Apenas Moçambique e a Tanzânia têm coeficientes Gini abaixo de 0,50, mas ambos os países têm elevados níveis de pobreza absoluta. Pesquisas recentes também indicam que a desigualdade entre as áreas rurais e urbanas continua a ser um problema, com níveis de vida médios nas áreas rurais muito inferiores aos das áreas urbanas, para além das consideráveis desigualdades existentes no seio de cada uma destas áreas. Isto é desconcertante, se considerarmos a evidência crescente de que as expectativas para a redução da pobreza são melhores nos países com baixos níveis de rendimento-desigualdade.

Segurança Alimentar e acesso a serviços básicos

Os maiores níveis de destituição existem principalmente nas áreas em que existe subalimentação infantil e pouco acesso a água potável. Quase metade dos países membros têm indicadores destes componentes de pobreza humana abaixo da média regional. Em termos de pouco acesso a água potável, Angola, Moçambique, Lesoto, Malawi, Zâmbia e Suazilândia são os países mais afectados.

Em sete países membros da SADC, mais de um quinto das crianças menores de 5 anos tem peso insuficiente. O nível de desenvolvimento de um país parece ter um papel fundamental na determinação dos efeitos na saúde infantil, com todos os países de rendimento médio na região, com excepção da Namíbia a terem uma incidência bastante menor de crianças com peso insuficiente. O mesmo padrão pode ser observado no que respeita a crianças enfezadas, estando as sociedades afectadas por conflitos e os países de baixo rendimento da região em piores condições. De um modo geral, a subalimentação mostra sinais de progresso variável desde a década de 90. Enquanto o Malawi, Moçambique e Angola têm mostrado sinais encorajadores da ultrapassagem da falha alimentar, a RDC, Tanzânia e Botswana têm assinalado retrocessos.

Em geral, a insegurança alimentar na região é elevada, afectando um terço ou mais da população em sete países da

SADC. O prognóstico não é animador, dado que os progressos feitos no sentido de inverter esta tendência, foram paralisados por crises económicas, pela interacção entre VIH/SIDA e a insegurança alimentar a produzir uma 'nova variedade de fome', pela prolongada instabilidade no Zimbabué e na RDC, por fracas estruturas de governação, condições climáticas irregulares e crises de refugiados. O problema é agravado pela rápida urbanização, meios de subsistência insustentáveis, má gestão humana e crescimento populacional. Em geral, a fome está inextricavelmente ligada à pobreza, mas em vez de se convergirem esforços para a produção de alimentos, o ênfase tem que ser posto na sua sustentabilidade, acessibilidade, custo e utilização.

VIH/SIDA

A região da SADC enfrenta presentemente uma severa pandemia de VIH/SIDA. Dos 37,8 milhões de pessoas infectadas em todo o mundo, 14 milhões vivem na SADC. A pandemia afectou praticamente todos os aspectos da vida das populações da SADC, sendo alguns dos países da região os que têm dos mais elevados índices de infecção em todo o mundo. Os factores contribuintes para o alastramento da doença incluem a pobreza, desigualdade entre géneros, sexo entre diferentes gerações, analfabetismo, estigma e discriminação, abuso de bebidas alcoólicas e falta de comunicação sobre a doença devido a barreiras culturais.

A pandemia tem tido um impacto directo nos índices de mortalidade, incluindo a mortalidade infantil e, dado que afecta principalmente os grupos etários de maior relevância para os agregados familiares e a actividade económica, é muito possível que venha a enfraquecer o desenvolvimento socio-económico e a agravar a pobreza. Agregados familiares em si pobres, têm que desviar os já escassos recursos para pagar medicamentos, tratamentos e funerais, em vez de atender à satisfação de necessidades básicas. A Falta de acesso a água potável e ao saneamento aumenta o perigo de infecções, acelerando o processo de alastramento da doença. Outros efeitos negativos incluem a redução do número de matrículas escolares entre as raparigas, a aumento da insegurança alimentar, a

redução da poupança e do investimento e, ainda, o aumento do número de órfãos (quase seis milhões, constituindo 39% do total mundial) e de agregados familiares chefiados por crianças.

O VIH/SIDA tem o potencial para reduzir a possibilidade de alcance de muitas das metas dos ODMs. Uma das maiores preocupações é a carga adicional que o VIH/SIDA representa para os sistemas de cuidados de saúde em toda a região. Isto resulta em serviços de saúde deficientes devido à falta de recursos humanos e financeiros os quais, por seu turno, se devem a factores como o absentismo, baixo moral dos funcionários, aumento do número de doentes para serem atendidos, equipamento de confiança insuficiente, falta de medicamentos a preços acessíveis e perdas de pessoal. No entanto, o VIH/SIDA não é apenas uma questão de cuidados de saúde. Por exemplo, também ameaça o sector da educação. Na Zâmbia, durante os primeiros dez meses de 1998, morreram 1.300 professores, representando o dobro do número de mortes relatadas em 1997. A pandemia está também a provocar a redução da expectativa de vida na região, a qual é inferior a 50 anos (com excepção dos estados ilhas).

Educação e igualdade entre géneros

A região da SADC conseguiu alguns progressos na educação das suas crianças durante a década de 1990. No Malawi e em Moçambique foram notadas grandes melhorias, mais modestas no caso do Lesoto. A RDC e Angola apresentaram agravamentos importantes, enquanto a Zâmbia apresentou apenas um pequeno declínio. Apenas o Malawi, Moçambique e Lesoto estão no bom caminho para a universalização da instrução primária em 2015. Para os restantes países, a continuação dos progressos registados nos anos da década de 1990 será insuficiente para que tal objectivo seja atingido. A educação e a igualdade entre os géneros têm por objectivo colocar as raparigas na posição de poderem assumir o controle dos seus destinos e estabelecer um melhor nivelamento entre mulheres e homens nas áreas do crescimento económico, redução da pob-



reza e desenvolvimento humano em geral. Sobre este assunto, os progressos feitos na redução da diferença entre o números de rapazes e raparigas matriculados a nível de educação primária, durante os anos da década de 1990, pareceram ser variáveis.

No Lesoto, Namíbia e Tanzânia, o número de raparigas matriculadas é igual ou superior ao dos rapazes. Em todos os países, com excepção de Angola e Moçambique, o número de raparigas matriculadas excede os 90% do número de rapazes. A RDC e o Malawi apresentam melhoramentos notáveis. No entanto, existem alguns sinais preocupantes, especialmente no Lesoto, onde o número de raparigas matriculadas na instrução primária está a diminuir em relação aos rapazes, devido a alterações nos padrões de subsistência e ao VIH/SIDA, os quais empurraram as raparigas para as funções de darem assistência aos doentes, reduzindo assim o seu número na frequência escolar.

No que respeita à igualdade de géneros, existem indicações de que tem havido progresso quanto a uma maior representação

de mulheres no governo e em estruturas intergovernamentais em alguns países da SADC, com alguns dos estados membros, especialmente a África do Sul, a ultrapassarem o objectivo estabelecido de, pelo menos, 30% de representação de mulheres no parlamento e no gabinete de ministros até 2005.

Apesar disto, existem ainda muitos desafios nesta área. As mulheres, constituindo a maioria dos pobres na região, têm mor acesso e controlo sobre os recursos de produção tais como terra, gado, crédito e tecnologia moderna. Para além disto, têm acesso limitado a serviços de saúde adequados, instrução formal e emprego e têm representação em excesso no sector informal da economia onde os lucros são extremamente baixos e inseguros. Além do mais, a maior parte dos países membros têm leis que restringem a capacidade legal das mulheres e têm, portanto, um efeito directo sobre a sua capacidade de auferirem rendimentos.

O que está sendo feito?

Para resolver estes desafios, os governos

da região deram início a vários programas complementares. O primeiro é a adopção do Plano Indicativo do Desenvolvimento Estratégico Regional da SADC (RISDP), o qual dá aos estados membros um enquadramento estratégico para a elaboração de políticas sociais e económicas durante os próximos 15 anos. O seu objectivo é aprofundar a integração, acelerar a erradicação da pobreza e atingir outros objectivos de desenvolvimento económicos e não económicos. O RISDP, alinhado com as prioridades do Nepad e dos ODMs, assim como complementando outras iniciativas de desenvolvimento para a promoção do desenvolvimento social, como os Documentos Estratégicos para a Redução da Pobreza (PRSPs), a Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (HIPCs) e a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, estabelece metas indicativas de etapas importantes para o alcance dos objectivos acordados. As intervenções fundamentais incluem:

- Criar e implementar um sistema comum de recolha de dados sobre a oferta e a procura de recursos humanos fundamentais e criar sistemas de informação eficazes sobre o mercado de trabalho, a fim de aumentar o emprego e a produtividade,

- Desenvolver sistemas de informação e directivas para monitorizar a implementação de compromissos e declarações globais como as dos ODMs;

- Desenvolver um programa regional para a produção conjunta/aquisição de medicamentos essenciais de boa qualidade e a preços acessíveis, com vista ao combate às doenças mais importantes, como o VIH/SIDA, e mecanismos para a redução da mortalidade materna e infantil, abaixo dos cinco anos; e

- Desenvolver mecanismos para a troca de experiências e das melhores práticas, nos sectores mais importantes do desenvolvimento social.

A nível individual, os países membros já começaram a preparar as visões nacionais, as quais articulam objectivos e metas a longo prazo, para além dos relatórios dos ODMs que descrevem o progresso feito na última década. A nível global, o PDNU está envolvido em salientar os progressos feitos no sentido do alcance dos ODMs. Em Julho de 2003, o escritório do PDNU

OBJECTIVO 4: REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL

Meta 5: Reduzir em dois terços o índice de mortalidade em crianças com menos de cinco anos, entre 1990 e 2015

País	Índice de mortalidade antes dos 5 anos de idade (por 1,000 nado-vivos) (2001)	Índice de mortalidade infantil (por 1,000 nado-vivos) (2001)
Angola	260	154
Botswana	110	80
RDC	205	129
Lesoto	132	91
Madagáscar*	136	84
Malawi	183	114
Maurícias	19	17
Moçambique	197	125
Namíbia	67	55
África do Sul	71	56
Suazilândia	149	106
Tanzânia	165	104
Zâmbia	202	112
Zimbabué	123	76
Média dos países em desenvolvimento	90	62
Média da África sub-Saariana	172	107

n/a Não disponível

Fonte: Relatório sobre o desenvolvimento Humano, 2003

*Madagáscar ainda não é membro da SADC, mas pode vir a ser admitido em 2005.



OBJECTIVO 5: MELHORAR A SAÚDE MATERNA

Meta 6: Reduzir em três quartos o índice de mortalidade materna, entre 1990 e 2015

País	Índice de mortalidade materna (por 100,000 nado vivos) (1995)	Partos assistidos por pessoal de saúde qualificado (%) (1995-2001)
Angola	1,300	23
Botswana	480	99
RDC	940	61
Lesoto	530	60
Madagáscar*	580	47
Malawi	580	56
Maurícias	45	n/a
Moçambique	980	44
Namíbia	370	78
África do Sul	340	84
Suazilândia	370	70
Tanzânia	1,100	36
Zâmbia	870	47
Zimbabué	610	73
Média dos países em desenvolvimento	463	56
Média da África sub-Saariana	1,098	38

n/a Não disponível

Fonte: Relatório sobre o desenvolvimento Humano, 2003

*Madagáscar ainda não é membro da SADC, mas pode vir a ser admitido em 2005.

e políticas de cada país. Por exemplo, não se pode esperar que países enfrentando epidemias graves do VIH, consigam atingir os mesmos níveis de progresso que outros, não enfrentando o mesmo problema.

Um outro problema é a inconsistência das informações sobre se os países estão a cumprir com os ODMs. Os relatórios do PDNU e dos ODMs nacionais têm mostrado diferenças consideráveis, causando preocupações sobre a confiança e credibilidade dos indicadores que estão sendo utilizados. É necessário harmonizar os enquadramentos a nível nacional, regional e global, e as estratégias e processos, de forma a que seja possível fazer predições exactas e tomar decisões políticas com base em factos.

O Objectivo 8 tem uma importância crucial: 'Para uma Sociedade Global para o Desenvolvimento'. Os prospectos de os ODMs serem alcançados dependem de que até que ponto os países da SADC, e países Africanos em geral, possam aumentar a sua participação na economia global. É necessário um maior envolvimento

(Continua na página 10)

África Austral organizou o Fórum dos ODMs para a África Austral a fim de dar ímpeto à campanha dos ODMs a nível nacional e regional. O fórum salientou que os factores fundamentais para o sucesso na aceleração dos progressos para os ODMs serem alcançados, são:

- posse a nível nacional de políticas e práticas de desenvolvimento, as quais requerem responsabilidade, transparência e confiança nos recursos domésticos antes de ser feito o pedido de apoio externo;
- participação que inclua todos os actores no processo de desenvolvimento;
- desenvolvimento de capacidades humana e institucional;
- edificação de parcerias; e
- monitorização do processo dos ODMs.

Conclusão: O que é necessário ser feito?

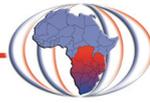
Realisticamente, a SADC tem que adaptar as metas dos ODMs de forma a reflectirem as circunstâncias e prioridades nacionais, as quais aumentarão o sentido de posse nacional e ajustar os objectivos de desenvolvimento às realidades socio-económicas

OBJECTIVO 6: COMBATER O VIH/SIDA, PALUDISMO E OUTRAS DOENÇAS

Meta 7: Ter parado o alastramento do VIH/SIDA e iniciado o seu retrocesso até 2015

País	Incidência do VIH entre mulheres grávidas entre os 15 e os 24 anos de idade (%)	
	Nas zonas urbanas principais (1999-2002)	Fora das zonas urbanas principais (1999-2002)
Angola	n/a	n/a
Botswana	33.3	31.4
RDC	n/a	n/a
Lesoto	22.0	16.1
Madagáscar*	n/a	n/a
Malawi	n/a	n/a
Maurícias	n/a	n/a
Moçambique	16.1	7.9
Namíbia	17.9	n/a
África do Sul	24.1	n/a
Suazilândia	39.4	n/a
Tanzânia	n/a	15.0
Zâmbia	11.6	n/a
Zimbabué	32.2	n/a
Média dos países em desenvolvimento	n/a	n/a
Média da África sub-Saariana	n/a	n/a

n/a Não disponível Fonte: Relatório sobre o desenvolvimento Humano, 2003. *Madagáscar ainda não é membro da SADC, mas pode vir a ser admitido em 2005.



sobre a questão do financiamento dos ODMs, por exemplo, através do aumento da assistência oficial ao desenvolvimento (AOD), comércio e mobilização de recursos internos. Ligado a isto, existe o problema do fardo da dívida, o qual é mais um constrangimento sobre os países da SADC. A questão é saber se o auxílio temporário que países como Moçambique, Malawi, Zâmbia e Tanzânia, estão a receber presentemente, é sustentável no período pós-HIPC. A questão central é a da redução da dívida contra o cancelamento da dívida. Para além disto, o papel dos parceiros globais no desenvolvimento devia focar-se mais na facilitação e coordenação e menos sobre quem controla o processo. Portanto, o Objectivo 8 devia ser implementado de forma a cultivar a concessão de poderes e a reconhecer que as soluções para os desafios do desenvolvimento da sub-região, existem no seio dos seus povos e governos. Isto significa que deve ser dado espaço aos países para articularem as soluções internas, compatíveis com as suas necessidades e prioridades. O apoio não deve conter condições que agravem ainda mais os desafios de desenvolvimento da região.

Finalmente, a SADC tem muitos recursos partilhados que, se forem devidamente ordenados através de esforços conjuntos, podem permitir a realização de alguns dos ODMs. O que é necessário, sem dúvida, é um pensamento pragmático e a institucionalização dos objectivos dos ODMs em processos de políticas. 

Sanusha Naidu (snaidu@hsrc.ac.za) & Ben Roberts (broberts@hsrc.ac.za), investigadores no Programa de Desenvolvimento Rural e Regional Integrado do Conselho de Pesquisa sobre Ciências Humanas (HSRC/CPCH) e afiliados da Rede da Pobreza Regional da África Austral (SARPN/ RPRAA). Richard Humphries, analista da SARPN, (rhumphries@hsrc.ac.za).

A SADC e os ODMs: A Dimensão do Comércio

Alguns anos depois das promessas de apoio e expressões de solidariedade para com o mundo em desenvolvimento terem sido feitas, levantam-se inevitavelmente algumas questões. Estão as políticas dos países desenvolvidos para com a região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) em sincronismo com o espírito da Declaração do Milénio? Em particular, foram feitos alguns progressos na acessibilidade aos mercados dos países desenvolvidos e a medicamentos essenciais, em conformidade com o Objectivo 8 dos ODMs?

Acesso ao Mercado: Uma análise geral

O potencial existente para o comércio estrangeiro que retire da pobreza milhões de pessoas, é geralmente aceite. O desafio é criar um ambiente capacitador para os países pobres negociarem o seu caminho para fora da pobreza. Por consequência, os ODMs pedem o acesso, livre de tarifas e quotas, aos produtos dos países menos desenvolvidos (PMD) pelos mercados dos países desenvolvidos e um sistema financeiro e comercial aberto, baseado em regras previsíveis e não discriminatórias.

Alguns países desenvolvidos têm demonstrado uma dose apreciável de empenhamento em ajudar os países pobres a atingirem os

ODMs, através da introdução de esquemas de comércio preferencial relativamente generosos com estes países. Do ponto de vista da África Austral, o arranjo Tudo Menos Armas da UE para os LDCs e a Lei do Crescimento e Oportunidade para África (AGOA) dos EUA, para a África sub-Saariana, são talvez os mais notáveis.

Pelo menos seis países da SADC têm condições de acesso para todos os seus produtos à UE, sem quotas nem tarifas, de acordo com o TMA. Apenas três produtos foram excluídos: bananas, arroz e açúcar. No entanto, em 2009 o acesso será completo. Apesar disto, devido a leis de origem rigorosas, menos de 50% do esquema está a ser presentemente utilizado. Portanto, o valor do TMA podia ser aumentado se as leis de origem fossem atenuadas.

A AGOA é ainda mais importante para a região dado que todos os estados da SADC são beneficiários (excepto o Zimbabué). Isto é um óptimo exemplo de como um esquema preferencial pode levar à criação de emprego, crescimento económico e, conseqüentemente, a ganhos no bem estar dos países receptores. O Lesoto, Botswana e Maurícias assinalaram um aumento nas exportações, especialmente no sector do vestuário, em consequência desta Lei, mesmo apesar de haver apenas preferência num número

O ambiente e a Pobreza

'Para eliminar a pobreza nos países em desenvolvimento, tem que haver aumento dos rendimentos e da produtividade, mas isto deve ser sustentável em termos do meio ambiente. A longo prazo, será impossível a manutenção do crescimento económico, a não ser que seja dada a devida atenção a recursos como a água e as reservas de peixe. Mesmo a curto e a médio prazo, atender aos objectivos para o crescimento e à preservação ou restauração dos recursos ambientais, pode ser de importância fundamental para o aumento da produção e dos rendimentos'. Por exemplo, em Madagáscar, a conversão das florestas em agricultura de baixo rendimento e não sustentável, foi prejudicial. Com a maioria da sua população em situação de pobreza, para a sua redução é fundamental o aumento da produtividade no sector agrícola. No entanto, a produção agrícola tem vindo a declinar nos últimos quarenta anos devido à degradação das terras à sedimentação da rede hidrográfica.

Banco Mundial, 2003



limitado de linhas tarifárias. Só no Lesoto, calcula-se que foram criados cerca de 10.000 postos de trabalho devido à AGOA. As suas leis de origem flexíveis, permitem aos LDCs procurar matéria prima proveniente dos fornecedores internacionais mais baratos sem perderem o seu tratamento preferencial.

Contudo, os benefícios de que o sector do vestuário auferia presentemente em alguns países da SADC, de acordo com a AGOA, estão ameaçados pelo iminente encerramento do sistema de quotas, em termos do Acordo sobre Têxteis e Vestuário da Organização Mundial do Comércio (OMC). Países competidores como a China e a Índia, presentemente limitados por quotas na UE e EUA, estão prontos para absorver a maior parte, senão o total, da percentagem do mercado neste sector, quando as quotas forem abolidas.

Para o benefício a longo prazo destes países, os que dão preferências deveriam concentrar-se mais na preparação dos seus beneficiários para competir a nível global, através do aumento da sua capacidade comercial e do desenvolvimento de competências, permitindo-lhes obter o máximo de benefícios resultantes do acesso à não existência de tarifas e quotas, enquanto as barreiras ao comércio global durarem. Por esta razão, os EUA deveriam pensar em alargar as leis de origem flexíveis, presentemente dadas aos LCDs, a todos os beneficiários da AGOA e aumentar o número de linhas tarifárias abrangidas pela preferência.

Todavia, é inevitável a liberalização da progressiva nação mais favorecida (NMF) e, à medida que as barreiras tarifárias continuam a cair e as quotas a desaparecer, o valor das preferências terá, forçosamente que declinar. Portanto, maior ênfase devia ser posto em atender às políticas de comércio proteccionistas dos países desenvolvidos, especialmente no que respeita à agricultura.

Para os países da SADC em que

mais de 70% das suas populações vivem da agricultura, a reforma do comércio agrícola nos países ricos é extremamente importante. Assim, as políticas dos países desenvolvidos que asfixiam este sector estão claramente a destruir progressivamente os ODMs, especialmente o Objectivo 1, que pretende reduzir a pobreza a metade até 2015, e o Objectivo 8, o qual pretende o estabelecimento de uma parceria global para o desenvolvimento. Apesar do Acordo

'Sejamos capazes de reconhecer que a pobreza extrema em qualquer parte constitui uma ameaça à segurança humana em toda a parte.'

de Enquadramento da OMC, de Julho de 2004, ter representado uma solução, a falta de vontade política por parte de países desenvolvidos de grande importância para fazerem concessões substanciais, tem atrasado as negociações sobre o comércio de Doha.

Acesso a medicamentos: Sucessos, desafios e o caminho a seguir

A Meta 17 do Objectivo 8 sobre a parceria global, sublinha a necessidade de cooperação com as companhias farmacêuticas a fim de serem produzidos medicamentos essenciais a preços acessíveis para os pobres. Atingir o equilíbrio entre os interesses das companhias farmacêuticas e as necessidades dos doentes pobres nos países em desenvolvimento, tem vindo a ser um desafio formidável, em especial para a OMC.

A SADC tem vindo a enfrentar uma grave crise na área da saúde, com nove dos seus estados membros

incluídos entre os dez países Africanos com o mais elevado índice de prevalência do VIH/SIDA. O paludismo e a tuberculose também continuam a causar grandes estragos na região, levando à redução da produtividade económica, a elevados índices de mortalidade infantil e à redução drástica da expectativa de vida.

A falta de acesso a medicamentos para o VIH/SIDA e outras doenças em África, é atribuída, entre outros obstáculos, ao elevado custo dos medicamentos e à falta de vontade das companhias farmacêuticas multinacionais de permitirem aos governos obter versões genéricas dos medicamentos patenteados, a preços mais baixos, para enfrentarem as crises de saúde.

A este respeito, a adopção da Declaração de Doha respeitante ao Acordo sobre os Direitos de Propriedade Intelectual Relativos ao Comércio (DPIRC) e Saúde Pública, pelos estados membros da OMC, em Novembro de 2001, foi largamente aclamada como um passo positivo. Esta declaração deu aos países em desenvolvimento o direito de ignorarem a legislação sobre patentes, no caso de medicamentos essenciais, a fim de protegerem a saúde pública e promoverem o acesso de toda a gente a medicamentos. Posteriormente a esta decisão, a 30 de Agosto de 2003, a OMC chegou a um acordo sobre como implementar a declaração – sob a forma de uma renúncia temporária permitindo, de acordo com regulamentos estritos, a produção, exportação e importação de medicamentos essenciais para os países em desenvolvimento, até à modificação do DPIRC.

A decisão temporária confirma os direitos dos países em desenvolvimento de autorizarem a produção interna de versões genéricas, mais baratas, de medicamentos vitais e de procederem à sua importação, no caso de não terem capacidade de os produzir, protegendo

simultaneamente os direitos das companhias farmacêuticas contra o abuso do sistema com fins lucrativos, ou seja, a diversão de medicamentos genéricos para os mercados dos países desenvolvidos. Isto é, claramente, uma decisão importante para um país como a África do Sul que tem tido lutas constantes com companhias farmacêuticas sobre direitos de patente.

No entanto, as questões de ordem técnica envolvidas no cumprimento do acordo tornam-no de pouca utilidade. Por exemplo, a Rede Fé e Justiça África-Europa identifica 12 procedimentos complicados, incompatíveis com a ideia de uma solução 'expedita', necessários para a obtenção de uma licença para importar os medicamentos genéricos. Nestas condições, muito poucos produtores de genéricos estão em posição de utilizar efectivamente a renúncia temporária. Assim, a presente 'solução' da OMC não vai até ao ponto de tornar os

medicamentos essenciais acessíveis aos pobres.

Apesar dos problemas com as patentes terem atraído atenção considerável, eles não constituem, necessariamente, o maior impedimento ao acesso a medicamentos na região - menos de 5% dos medicamentos na Lista Modelo de Medicamentos Essenciais (2001) da Organização Mundial de Saúde (OMS) estão protegidos por patentes em qualquer parte do mundo. Para além disto, os preços dos medicamentos antirretrovíricos baixaram recentemente quase 95%. No entanto, apenas algumas pessoas privilegiadas tem acesso a tratamento na África Austral.

Isto acontece principalmente por causa da deficiente prestação de serviços de saúde na região. Assim, mesmo a preços acessíveis, os medicamentos não chegam muitas vezes aos que deles mais necessitam. Em alguns casos, a falta de pesquisa no tratamento de doenças que afectam

Alguns países desenvolvidos têm demonstrado um nível apreciável de envolvimento no sentido de ajudarem os países pobres a atingirem os ODMs.

principalmente os países pobres, como o paludismo, resulta nos doentes terem acesso a medicamentos que não são eficazes. Dado que os custos de colocar um medicamento no mercado são proibitivos, são necessários

fundos provenientes de doadores para permitirem que as companhias farmacêuticas efectuem pesquisas sobre estas doenças. Existem sérios obstáculos que requerem consideráveis recursos financeiros para serem ultrapassados.

Presentemente, estão em curso muitas iniciativas, estatais e não estatais, para melhorar o acesso a medicamentos, especialmente para combater o VIH/SIDA. Mesmo assim, a falta de fundos e/ou atrasos na atribuição de fundos estão a atrofiar tais iniciativas. Por exemplo, quando o Fundo Global para a SIDA, Tuberculose e Paludismo foi estabelecido, em 2001, o Secretário Geral as NU, Kofi Annan, pediu aos doadores \$7 - 10 biliões por ano, mas apenas \$2 - 3 biliões foram disponibilizados por um período de quatro anos.

Além disto, os caprichos dos governos doadores parecem ser mais importantes do que a crise de saúde na região, quando se trata de decidir sobre os países que deviam beneficiar de auxílio. Por exemplo, os \$15 biliões do Plano de Emergência para Assistência à SIDA do governo dos EUA, em 2003, para além de ser

OBJECTIVO 7: GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DO MEIO AMBIENTE Meta 10: Reduzir a metade a proporção de pessoas sem acesso a água potável nem saneamento básico, até 2015

País	População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (2000)		População urbana com acesso a saneamento melhorado (%) (2000)
	Rural (%)	Urbana (%)	
Angola	40	34	70
Botswana	90	100	88
RDC	26	89	54
Lesoto	74	88	72
Madagáscar*	31	85	70
Malawi	44	95	96
Maurícias	100	100	100
Moçambique	41	81	68
Namíbia	67	100	96
África do Sul	73	99	93
Suazilândia	n/a	n/a	n/a
Tanzânia	57	90	99
Zâmbia	48	88	99
Zimbabué	73	100	71
Média dos países em desenvolvimento	69	92	77
Média da África sub-Saariana	44	83	74

Fonte: Relatório sobre o desenvolvimento Humano, 2003

n/a Não disponível

*Madagáscar ainda não é membro da SADC, mas pode vir a ser admitido em 2005.



um auxílio com condições, não inclui como beneficiários alguns dos países onde o VIH/SIDA está a causar catástrofes humanas, nomeadamente o Lesoto, Suazilândia, Malawi e Zimbabué.

Para serem dados mais recursos para o desenvolvimento de África, os pedidos de mais auxílio, qualitativa e quantitativamente, deviam ser seriamente considerados. Ainda há muito para fazer. A necessidade de maior cooperação entre os governos doadores, ONGs, companhias farmacêuticas e os estados da SADC,

(2001) da OMS estão protegidos por patentes em qualquer parte do mundo. Para além disto, os preços dos medicamentos antirretrovíricos baixaram recentemente quase 95%. No entanto, apenas algumas pessoas privilegiadas tem acesso a tratamento na África Austral.

Isto acontece principalmente por causa da deficiente prestação de serviços de saúde na região. Assim, mesmo a preços acessíveis, os medicamentos não chegam muitas vezes aos que deles mais necessitam. Em alguns casos, a falta de pesquisa no tratamento de doenças

que afectam principalmente os países pobres, como o paludismo, resulta nos doentes terem acesso a medicamentos que não são eficazes. Dado que os custos de colocar um medicamento no mercado são proibitivos, são necessários fundos provenientes de doadores para permitirem que as companhias farmacêuticas efectuem pesquisas sobre estas doenças. Existem sérios obstáculos que requerem consideráveis recursos financeiros para serem ultrapassados.

Presentemente, estão em curso muitas iniciativas, estatais e não estatais, para

(Continua na página 14)

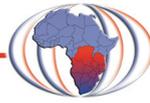
OBJECTIVO 8: DESENVOLVER UMA PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO (ASSISTÊNCIA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO)

Meta 13: Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos (inclui o acesso a exportações livres de tarifas e quotas, um programa melhorado para o alívio de dívidas para os HIPC/PPAE e o cancelamento da dívida bilateral oficial e uma mais generosa ODA/AOD para os países envolvidos na redução da pobreza)

País	Total líquido da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) e aos países menos desenvolvidos, como percentagem da OCDE/DAC		ODA bilateral livre como % do total (2001)
	Como % do PIB (2001)	Aos países menos desenvolvidos (como % do PIB do doador) (2001)	
Austrália	0.25	0.05	59
Áustria	0.29	0.05	n/a
Bélgica	0.37	0.12	90
Canadá	0.22	0.03	32
Dinamarca	1.03	0.33	93
Finlândia	0.32	0.09	87
França	0.32	0.08	67
Alemanha	0.27	0.06	85
Grécia	0.17	0.02	17
Irlanda	0.33	0.17	100
Itália	0.15	0.04	8
Japão	0.23	0.04	81
Luxemburgo	0.82	0.26	n/a
Holanda	0.82	0.25	91
Nova Zelândia	0.25	0.07	n/a
Noruega	0.83	0.28	99
Portugal	0.25	0.11	58
Espanha	0.30	0.03	69
Suécia	0.81	0.22	86
Suíça	0.34	0.10	96
Reino Unido	0.32	0.11	94
Estados Unidos	0.11	0.02	n/a
DAC	0.22	0.05	79

n/a Não disponível

Fonte: Relatório sobre o desenvolvimento Humano, 2003



melhorar o acesso a medicamentos, especialmente para combater o VIH/SIDA. Mesmo assim, a falta de fundos e/ou atrasos na atribuição de fundos estão a atrofiar tais iniciativas. Por exemplo, quando o Fundo Global para a SIDA, Tuberculose e Paludismo foi estabelecido, em 2001, o Secretário Geral as NU, Kofi Annan, pediu aos doadores \$7 – 10 biliões por ano, mas apenas \$2 – 3 biliões foram disponibilizados por um período de quatro anos.

Além disto, os caprichos dos

governos doadores parecem ser mais importantes do que a crise de saúde na região, quando se trata de decidir sobre os países que deviam beneficiar de auxílio. Por exemplo, os \$15 biliões do Plano de Emergência para Assistência à SIDA do governo dos EUA, em 2003, para além de ser um auxílio com condições, não inclui como beneficiários alguns dos países onde o VIH/SIDA está a causar catástrofes humanas, nomeadamente o Lesoto, Suazilândia, Malawi e Zimbabué.

Para serem dados mais recursos

para o desenvolvimento de África, os pedidos de mais auxílio, qualitativa e quantitativamente, deviam ser seriamente considerados. Ainda há muito para fazer. A necessidade de maior cooperação entre os governos doadores, ONGs, companhias farmacêuticas e os estados da SADC, com o objectivo de melhorar o acesso aos medicamentos e fortalecer as infra-estruturas da saúde, é da maior importância e não pode ser menosprezada. (🌐)

Nkululeko Khumalo, SAIIA

Auxílio à Dívida: Alguns Factos e Números

Em 2002, a dívida total dos países em desenvolvimento era de \$4,6 biliões, sendo a dívida da África sub-Saariana de \$2,1 biliões, ou seja 45,6% do total. Esta dívida tem vindo a subir desde os anos das décadas de 1970 e 1980, altura em que os países em desenvolvimento pediram muitos empréstimos contra preços elevados de recursos, para financiarem projectos de desenvolvimento, subsidiarem a importação de alimentos, expandirem programas de saúde e pagarem as prestações das dívidas adquiridas anteriormente – muitos dos projectos de desenvolvimento, como aeroportos, complexos industriais e projectos suburbanos trouxeram muito poucos benefícios devido a mau planeamento.

Desde 1994, tem havido apenas uma redução mínima da dívida Africana a médio e longo prazo. Mesmo assim, há presentemente 41 países para serem considerados como elegíveis, pelos conselhos de administração do IMFI e do Banco Mundial, para beneficiarem da Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (HIPC). Destes países, sete são membros da SADC: Angola, República Democrática do Congo (RDC), Madagáscar (candidato a membro da SADC), Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia.

A iniciativa HIPC, lançada em 1996, é uma colaboração entre o Banco Mundial e o IMF. Os seus objectivos são de reduzir a pesada carga da dívida extrema que os países mais pobres do mundo têm que suportar. A partir de Setembro de 2004, 27 dos 41 países foram identificados para beneficiarem de redução de dívidas, de acordo com o HIPC. Destes 27 países, seis são membros da SADC: a RDC, Madagáscar, Malawi, Moçambique,

Tanzânia e Zâmbia. Apenas Madagáscar, Moçambique e Tanzânia atingiram o estado de 'ponto de conclusão' (quer dizer, a comunidade internacional compromete-se a dar assistência suficiente, por esta altura, para o país conseguir sustentar a dívida). A RDC, Malawi e Zâmbia atingiram o estado de 'ponto de decisão' (quer dizer, os conselhos executivos do Banco Mundial e do IMF decidem formalmente sobre a elegibilidade de um país. A comunidade internacional decide, então, dar assistência suficiente quando for atingido o 'ponto de conclusão' para que o país possa sustentar a dívida calculada no 'ponto de decisão').

Para que um país seja considerado para ser beneficiário da iniciativa HIPC tem, em primeiro lugar, que enfrentar uma situação de dívida 'insustentável' (quer dizer, dívida a níveis de exportação acima da proporção fixa de 150%), depois da aplicação integral dos mecanismos tradicionais de redução de dívidas, tais como a aplicação dos termos de Nápoles segundo o acordo do Clube de Paris. Em segundo lugar, só será elegível para assistência com alto nível de concessões da Associação para o Desenvolvimento Internacional (ADI), a parte do Banco Mundial que faz empréstimos em termos altamente concessionários, e da Facilidade para a Redução da Pobreza e Crescimento (FRPC) do Banco Mundial. Finalmente, um país pode ser considerado se tiver estabelecido um passado de reformas e desenvolvido um Documento Estratégico para a Redução da Pobreza (PRSP) que envolva a participação da sociedade civil.

O Clube de Paris, constituído por 19 membros incluindo o Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Japão, Holanda, Noruega, Reino

Unido e os EUA, tem como objectivo auxiliar os países que enfrentam dificuldades no pagamento das suas dívidas, quer através do seu re-ordenamento, quer da redução das obrigações para com essas dívidas. Desde 1983, o valor total da dívida abrangida por acordos feitos pelos credores membros do Clube de Paris, atinge os \$350 biliões.

O Clube de Paris formado por credores, participa na iniciativa HIPC durante a primeira fase, quando um país se está a qualificar para ser assistido. Durante esta fase, o país continuará a receber redução de dívida por parte dos credores membros do Clube de Paris, para além de outros credores oficiais bilaterais e privados, assim como assistência tradicional concessionária por parte dos doadores relevantes e instituições multi-laterais. Na segunda fase, numa base de caso-a-caso, os credores membros do Clube de Paris podem dar assistência temporária entre o 'ponto de decisão' e a data esperada para o 'ponto de conclusão', através de um tratamento em quantidade com 90% de redução da dívida. No 'ponto de conclusão', a restante assistência é fornecida pelo Clube de Paris através de uma redução na quantidade da dívida elegível até 90%, em termos do valor actual, sujeito a uma justa comparticipação dos encargos com, pelo menos, acções comparáveis por parte de outros países. Muitos credores membros do Clube de Paris anunciaram que também perdoarão dívidas acima da assistência da iniciativa HIPC, especialmente no caso da dívida ODA.

Fontes: Paris Club: www.clubdeparis.org
The World Bank: www.worldbank.org



OBJECTIVO 8: DESENVOLVER UMA PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Meta 15: Tratar completamente dos problemas da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas nacionais e internacionais, a fim de tornar a dívida sustentável a longo prazo.

País	Redução de dívidas de acordo com a iniciativa HIPC/PPAE valor cumulativo em milhões de EUA \$ (2003)	Pagamento da dívida como percentagem da exportação de mercadorias e serviços (1997-1999)		
		1997	1998	1999
Angola	n/a	19.3	30.8	21.5
Botswana	n/a	3.4	3.3	2.7
RDC	10,389	n/a	n/a	n/a
Lesoto	n/a	16.0	20.6	23.5
Madagáscar*	1,500	26.9	15.1	18.2
Malawi	1,000	n/a	n/a	n/a
Maurícias	n/a	11.3	12.1	10.0
Moçambique	4,300	20.5	19.5	n/a
Namíbia	n/a	n/a	n/a	n/a
África do Sul	n/a	17.9	12.7	14.4
Suazilândia	n/a	2.9	2.2	3.1
Tanzânia	3,000	13.7	21.5	16.6
Zâmbia	n/a	n/a	n/a	n/a
Zimbabué	n/a	n/a	n/a	n/a

n/a Não disponível

Fonte: Divisão de Estatísticas das NU, 2004

*Madagáscar ainda não é membro da SADC, mas pode vir a ser admitido em 2005.

De Washington a Monterrey

Em 2002, durante a Conferência Internacional sobre Financiamento e Desenvolvimento que teve lugar em Monterrey, no México, 170 estados adoptaram o chamado Consenso de Monterrey. O objectivo desta conferência foi de se chegar a um acordo sobre acções concretas em vez de declarações retóricas sobre a luta contra a pobreza no mundo. Apesar de, ironicamente, não haver consenso entre os parceiros sobre como atingir os seus objectivos, estes são, todavia, os seguintes:

- aumentar o investimento directo estrangeiro privado (IDE) e a assistência oficial ao desenvolvimento (ODA);
- combater a corrupção;
- reduzir a dívida;
- conceder aos países em desenvolvimento melhor acesso ao mercado;
- assegurar políticas macro-económicas correctas; e
- fortalecer a cooperação sobre impostos internacionais.

O Consenso de Monterrey reconheceu a necessidade do aumento substancial do AOD, mas não apoiou o pedido do

Secretário Geral das NU para duplicar o ODA/AOD, de \$53 biliões para, pelo menos, \$100 biliões por ano. Os EUA, por exemplo, bloquearam a linguagem no texto que teria comprometido os países ricos ao objectivo das NU de aumentar o auxílio ao desenvolvimento para 0,7% do PIB, em vez da média de 0,22. Mesmo assim, o IDE em países em desenvolvimento pelos 22 membros da OCDE quase triplicou, de \$41,6 biliões em 1993 para \$119,5 biliões em 2000. No entanto, os críticos são da opinião que o IDE não é socialmente sustentável, devido ao facto de ser motivado por lucros e não pelo desenvolvimento em si. No entanto, o IDE não tem que ser pago como os empréstimos do Banco Mundial.

No que diz respeito à boa governação e a um ambiente de negócios favorável, O Consenso afirma que, 'Para atrair e estimular o afluxo de capitais produtivos, os países têm que continuar com os seus esforços no sentido de atingirem um clima para o investimento que seja transparente, estável e previsível, com adequadas obrigações no cumprimento de contratos

e respeito pelos direitos de propriedade, implantados em políticas macro-económicas correctas e instituições que permitam as empresas, tanto domésticas como internacionais, operar eficiente e lucrativamente e com o maior impacto possível no desenvolvimento.'

No caso dos dirigentes mundiais conseguirem fazer destes objectivos a realidade, o Consenso de Monterrey podia substituir o Consenso de Washington, o qual se concentrou na política económica e liberalização do comércio e cuja eficácia tem vindo a ser contestada. O Consenso de Monterrey, por outro lado, podia representar uma visão mais envolvente e completa: desenvolvimento económico e humano, em conjunto com recursos financeiros adicionais por parte dos países doadores.

Sources: Matthias Georg Wabl, UN Chronicle No.1, 2002. Sean D Murphy, The American Journal of International Law, July 2002. Hilary French, UN Chronicle No. 2, 2002.



Para Conhecimento

'De forma a fornecermos os \$50 biliões adicionais que as NU considera necessários para satisfazer os Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio, precisamos que os países doadores aumentem a ajuda e a redução das dívidas, e a dirijam mais para os países mais pobres que dela necessitam – em África. O Reino Unido tem mostrado o caminho a seguir. O nosso orçamento para ajuda mais do que duplicou desde 1997. Queremos continuar a aumentar a nossa ajuda ao mesmo ritmo, o que significa que o Reino Unido atingiria o nível dos 0,7% definidos pelas NU em 2013. Em resultado disto, estaremos aptos a aumentar a ajuda directa a África para \$1 bilião, no próximo ano. Isto permitir-nos-á, todos os anos, retirarmos permanentemente de um rendimento de pobreza, um milhão de pessoas em África.'

Tony Blair, Primeiro Ministro do Reino Unido, Outubro de 2004

'O Reino Unido também continuará a fazer pressão para um maior alívio de dívidas, para ajudar os estados Africanos a libertarem-se dos pesados grilhões da obrigação e a reinvestir recursos no futuro – na saúde e na educação. A Iniciativa

dos Países Pobres Altamente Endividados conseguiu, até esta data, uma redução de dívidas de mais de \$70 biliões para 27 países, 23 dos quais em África, conseguindo assim diminuir a sua dívida numa média de dois terços. Dirigentes dos G8 concordaram, recentemente, em prolongar a Iniciativa HIPC por mais dois anos, dando assim a possibilidade a mais 10 países, elegíveis para o HIPC, de beneficiarem de auxílio no valor de \$30 biliões. Continuaremos a pressionar os G8 neste sentido. O Reino Unido afirmou que aliviará os países que se encontram ainda sob o peso das dívidas ao Banco Mundial e ao Banco para o Desenvolvimento Africano, pagando unilateralmente a nossa parte do custo da reparação destas dívidas, quer dizer, 10%. Também, neste caso, pressionaremos outros países a fazerem o mesmo, do mesmo modo que faremos pressão para o cancelamento de dívidas ao Fundo Monetário Internacional através da revalorização do ouro do FMI.'

Hilary Benn, secretário de Estado para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, Junho de 2004

'Devido a uma receita inferior ao que era esperado, o déficit orçamental da Namíbia

atingiu o valor elevado de 7,5% no ano fiscal de 2003/2004. Isto significa que a dívida do país está a aumentar, forçando o estado a pedir mais dinheiro emprestado para fazer face às despesas. No fim de Março de 2004, a dívida era de N\$ 10,2 biliões, ou seja, 30,9% do PIB'

The Namibian, 2 de Dezembro de 2004

'O governo devia concentrar-se no aumento da produtividade e rendimentos no sector da agricultura e outras actividades, das quais depende grande número de pobres e, não apenas, em sectores dinâmicos emergentes, como a tecnologia de informação, os quais empregam um número relativamente pequeno de pessoas.'

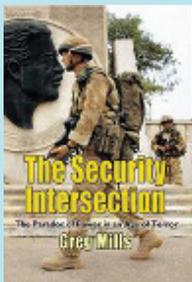
Francis Williams, Financial Times (UK), 8 de Dezembro de 2004

'Na mente de muitos Americanos a fome é associada à escassez de alimentos. Contudo, muita gente com fome vive onde existe comida suficiente; simplesmente não tem dinheiro para a comprar ou não consegue fazê-lo devido à instabilidade política.'

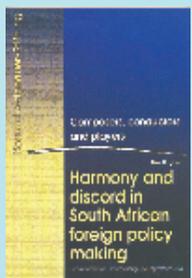
Nações Unidas

Elizabeth Weise, USA TODAY

Acabado de publicar pela SAIIA



**The Security Intersection:
The Paradox of Power in
an Age of Terror**
By Greg Mills



**Composers, Conductors and
Players: Harmony and
Discord in South African
Foreign Policy Making**
By Tim Hughes

A fim de adquirir quaisquer destes livros, é favor contactar Elizabeth Stanley em stanleye@saiia.wits.ac.za

**Back to the Blackboard:
Looking Beyond Universal Primary
Education in Africa**
Edited by
Peroshni Govender &
Steven Gruzd



**SAIIA Trade Policy Report No. 5
Understanding Indian
Trade Policy:
Implications for the Indo-
SACU Agreement**
By Phil Alves

